

## SOBRE OS ACONTECIMENTOS EM S.TOMÉ E PRÍNCIPE

A Delegação em Coimbra da Casa dos Estudantes das Colónias (C.E.C.), vem alertar o povo português para as tomadas de posição demagógicas dos Ex-Ministros do Governo de Transição de S.Tomé e Príncipe. Estes senhores, através de vários meios, nomeadamente conferências de imprensa, tem tentado denegrir o Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe

Durante a sua estada, naquele País, como membros do Governo de Transição tiveram estes senhores, Dr. Gastão Torres e Pedro Umbelina, uma prática não condizente com os princípios do M.L.S.T.P., o que levou este Movimento a demitilos das pastas que ocupavam como ministros.

Agora, em Portugal, vêm estes senhores fazendo graves acusações ao M.L.S.T.P., nomeadamente acusando de ser uma porta aberta ao neo-colonialismo.

Desde sempre membro da Coferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (C.O.N.C.P.) da qual apenas fazem parte o P. A.I.G.C., M.P.L.A. e a Frelimo, o M.L.S.T.P. tendo demonstrado continuamente na prática uma consequente posição anti-colonial anti-neocolonial e anti-imperialista.

Designios pertenderão atingir estes individuos com estas falsas e insidiosas acusações ? Ao editarem, em 9 de Abril de 1975 em Lisboa um relatório no qual nem sequer se descortina a minima prova concreta das suas afirmações, mas apenas as suas locubrações pessoais, pertendem os ex-membros do Governo de Transição de S. Tomé e Príncipe apenas lançar o confusionismo e divisionismo que como sabeis são armas da reacção.

Alertamos, pois, o povo português para os factos apontados e que não se deixe impressionar por simples afirmações gratuitas. As suas manobras foram e são reprovadas e repudiadas pelo povo de S. Tomé e Príncipe e serão também rejeitadas pelo povo português que soube e sabe estar atento a todas as tentativas deste tipo

ABAIXO O IMPERIALISMO

ABAIXO O NEOCOLONIALISMO

VIVA O M.L.S.T.P.

VIVA O CAMARADA SECRETÁRIO-GERAL MANUEL COSTA

VIVA O P.A.I.G.C., M.P.L.A. e a FRELIMO

VIVA O POVO PORTUGUÊS

Alocução proferida pelo Camarada Secretário-Geral do M.L.S.T.P.  
Manuel Pinto da Costa ao Povo de S. Tomé e Príncipe em 10 de A-  
bril de 1975.

Compatriotas:

Concretamente é nossa obrigação, dirigentes do M.L.S.T.P. informar o povo e dizer a verdade. Nós nunca escondemos, nem vamos esconder nada ao nosso Povo. Ele tem o direito de saber o que se passa, só ele é que será capaz de distinguir o verdadeiro do falso de dar razão àqueles que a mereçam. Ninguém duvida que o período que hoje atravessamos, período de transição, é o resultado de uma luta constante do nosso povo contra o colonialismo, resultado da sua determinação em ser livre e independente.

A nossa luta não começou com o 25 de Abril, não foi o 25 de Abril que inecntivou no espírito do nosso povo a vontade de lutar para ser livre e independente. Desde os tempos remostos ainda no período da escravatura o povo de S.Tomé e Príncipe se revelou contra a dominação estrangeira. Afirmar, portanto, que os êxitos alcançados hoje são unicamente fruto de um trabalho político desencadeado após 25 de Abril, é negar a acção revolucionária dos nossos antepassados, é esquecer deliberadamente a luta heróica do nosso povo; é esquecer a acção revolucionária dos nossos compatriotas, como YON GATO e AMADOR. Seria também ignorar a luta dos nacionalistas de S. Tomé e Príncipe na época colonial fascista que lutaram clandestinamente, para que o nosso povo viva livre e independente. Seria ignorar deliberadamente a luta dos nacionalista de S. Tomé e Príncipe que no exterior, forçados ao exílio, não pouparam sacrifícios para dar a conhecer ao mundo inteiro, a opressão e a exploração de que eram vítimas o povo das nossas lhas. Como todos nós sabemos, o objectivo principal da nossa luta é de destruir o regime fascista colonialista no nosso país. Para isso, é necessário fomentar a unidade, a unidade de todos os filhos de S. Tomé e Príncipe independentemente da sua origem social. Só através de uma tal frente unida, estaríamos em condições de fazer face ao inimigo, experimentado e feroz, como era o colonialismo fascista português. Portanto, a táctica do M.L.S.T.P. consistia em reunir em torno dele, todas as camadas sociais existentes no nsso país reunir todas aquelas que, objectivamente, eram vítimas do sistema colonial e que, portanto desejavam a sua destruição da nossa terra. A partir de 25 de Abril, logo que as condições tornaram propicias a uma actividade política aberta, no nosso país, foi criada em S. Tomé e Príncipe uma Associação Cívica Pró-M.L.S.T.P., que tinha como objectivo mobilizar e mentalizar o povo da nossa terra. Nesse trabalho de mobilização a Associação Cívica contou, desde a sua fundação, com o apoio material, moral e político do M.L.S.T.P. em Libreville.

Se os métodos de mobilização política, em pregados pelos membros

da Associação Cívica foram no período inicial, até certo ponto compreensíveis eles não se justificavam a partir do momento em que começavam a ser prejudiciais a unidade do nosso povo. Por exemplo, começou-se a mentalizar os trabalhadores, dando-lhes a entender que um dos principais inimigos da nossa luta de libertação eram os funcionários. Ora isso, não estava de acordo com a linha política do M.L.S.T.P.. Afastar os funcionários filhos do povo de S. Tomé e Príncipe, hostilizá-los, considerá-los como inimigos da nossa Independência e portanto, do povo, é tomar um aliado por inimigo, contribuir para a divisão do nosso próprio povo. Não restam dúvidas que os trabalhadores, principalmente os trabalhadores rurais foram os que mais sofreram a opressão e exploração colonial. Mas, os funcionários, foram eles também num grau diferente, explorados, espizinhados e discriminados pelos colonialistas. Todos nós sabemos que a maioria esmagadora dos funcionários do nosso país, nunca ganhou o suficiente para educar convenientemente os seus filhos e sustentar a sua família. Sabemos como era difícil a um funcionário nativo ocupar um cargo elevado na Administração colonial, pois mesmo que tivesse as habilitações exigidas era sempre discriminado a favor de qualquer europeu que aparecesse. Visto isso, perguntámos: os funcionários estão ou não interessados em acabar com a presença colonial no nosso país? Eles também estão ou não interessados na destruição de um sistema que os explora e não os respeita como um ser humano? Claro que sim. Portanto, a mentalização feita pelos membros da Associação Cívica que levava os trabalhadores a considerar os funcionários como inimigos do povo é errada. Desde modo, em vez de se criar uma atmosfera propícia à unidade, criaram-se antagonismos e rivalidades entre os trabalhadores e funcionários, que fomentavam a divisão do nosso povo. E quem beneficiava dessa divisão a não ser os nossos inimigos? Tanto os trabalhadores como os funcionários têm um papel importante a desempenhar na reconstrução do nosso país. O funcionário não é mais do que um trabalhador e vice-versa. Outro erro cometido na mentalização do povo foi o de incutir no espírito das pessoas que os soldados, isto é a tropa nativa, era inimiga do povo. É certo que, a teoria ensina mas nem a prática confirma que o exército, num país onde existe a exploração do homem pelo homem, não é mais do que um instrumento que a classe exploradora utiliza para defender os seus interesses e para reprimir o povo. A teoria dos livros não é um dogma, mas sim o resultado da prática quotidiana. Todos nós sabemos, que nos nossos dias as forças armadas tem desempenhado em alguns países um papel bastante positivo. Não foram as forças armadas que tiveram papel bastante positivo para a derrocada do Fascismo em Portugal? Não necessitamos de ir tão longe para mostrar que as Forças Armadas podem ajudar os países, ainda dominados pelo colonialismo e imperialismo, tendo um papel importante ao lado do seu povo. Em S. Tomé e Príncipe, durante o massacre de 1953, por que razão as forças nativas foram desarmadas pelo então Governador Gorgulho? Não seria

porque esse explorador temia que as tropas nativas pudessem colocar-se ao lado do seu povo? Ainda há bem pouco, durante os acontecimentos de Setembro de 1974, não vimos a tropa nativa colocar-se ao lado do povo para o defender contra qualquer eventualidade? É por essa razão que na nossa mensagem ao povo de S. Tomé e Príncipe por ocasião da investidura do Governo de Transição, afirmámos que estávamos certo de que a maioria dos nossos compatriotas se tivessem que pegar em armas para oporem-se a luta do nosso povo pela sua Independência, esses soldados recusar-se-iam a combater ao lado do inimigo. Os soldados como filhos do povo, como parte integrante da nossa Nação, não podem ser afastados, nem postos à margem do processo da nossa luta de libertação. Eles devem ser mentalizados para poderem servir verdadeiramente o povo de S. Tomé e Príncipe. A política que consistia em hostilizar os militares, só por serem militares, era uma política errada, contrária a linha de acção defendida pelo nosso Movimento. Por outro lado, dentro da própria Associação Cívica não reinava a união. Esta organização era dominada por um grupo restrito de indivíduos que impunham ditatorialmente, o que os restantes deveriam executar. Esse modo de agir contribuiu bastante para criar ressentimentos dentro da própria Associação Cívica. Depois da entrada dos membros do Bureau Político e do Governo de Transição esperávamos poder manter a ordem em casa. O Comissário Político, membro do Bureau Político do M.L.S.T.P., viu-se impossibilitado de fazer qualquer trabalho perante a insubordinação e arrogância de alguns elementos mais preponderantes da Associação Cívica. Chegaram ao ponto de ameaçar e insultar o Comissário Político o que demonstra uma falta de respeito por um dirigente do nosso Movimento. Convém aqui dizer, que certos membros do Bureau Político do nosso Movimento, utilizaram jovens da Ex-Associação Cívica com o fim de satisfazer os seus desígnios pessoais. Perante uma tal situação de discórdia e divisão, o Secretário-Geral do M.L.S.T.P., cuja entrada em S. Tomé e Príncipe só estava prevista para o dia 12 de Julho, resolveu entrar, consultar o povo, estabelecer a autoridade do nosso Movimento e salvaguardar a unidade do nosso povo. Por isso, fomos obrigados a tomar as medidas que se impunham, convocamos imediatamente uma reunião do Bureau Político. É de assinalar, que embora convocados, o Senhor Gastão Torres e o Senhor Pedro Umbelina, não apareceram a reunião nem deram qualquer satisfação para a sua ausência. O Bureau Político reunido decidiu demitir os Ministros Pedro Umbelina e Dr. Gastão Torres das suas funções no Governo de Transição, dado que as suas acções e comportamento não estavam de acordo com a linha política defendida pelo nosso Movimento. Os dois membros demitidos do Governo de Transição, elemento da Ex-Associação Cívica, abandonaram o país de sua livre vontade e iniciativa. Ninguém os forçou a tomar tal decisão. Queremos aproveitar esta oportunidade para esclarecer o nosso povo, sobre actividade de alguns compatriotas nossos, em Lisboa. Estes, utilizando os meios de Informação

Portugueses, alguns compatriotas nossos, têm propagado boatos lá fora segundo eles, reina em S. Tomé e Príncipe um clima de tensão e repressão. O nosso Movimento não mandou nenhum membro do Bureau Político propagar mentiras em Lisboa, ou seja onde for. Os indivíduos que lançam tais boatos, têm em vista enganar as autoridades portuguesas, criar confusão nos meios internacionais, afim torpediar o processo descolonização em curso no nosso país. Os seus objectivos não serão alcançados, porquanto o M.L.S.T.P. e os seus dirigentes gozam de prestígio e autoridade tanto em Portugal, como em todos os países africanos e europeus, assim como em todas as organizações internacionais. Toda e qualquer manobra para desacreditar o nosso Movimento está de antemão condenada ao fracasso. Queremos também informar o nosso povo que não se desencadeou qualquer acção no sentido de perseguir os elementos da Ex-Associação Cívica. Basta dizer, que grande parte dos que ficaram em S. Tomé e Príncipe, e que acataram a autoridade e a disciplina do nosso Movimento, têm colaborado connosco no trabalho político em marcha no nosso país. Só somos intransigentes para com aqueles que não submeter-se a autoridade e disciplina do nosso Movimento. Podemos afirmar hoje, portanto, que o clima político que reina actualmente na nossa terra é favorável á unidade de todo povo de S. Tomé e Príncipe, na sua luta pela conquista da Independência Total, no seu esforço para construir as bases de uma Nação rica e próspera. O nosso Movimento goza do apoio e da simpatia do povo de S. Tomé e Príncipe.

Camaradas, Compatriotas:

A nossa situação económica não é das mais brilhantes. Herdámos da colonização uma situação difícil. As dificuldades com que nos debatemos na hora actual, não podem ser resolvidas de um dia para outro. A miséria, o desemprego, as injustiças, os produtos do sistema colonial fascista; que oprimiu durante cinco séculos o nosso povo, não podem ser solucionadas de hoje para amanhã. Sabemos que actualmente, no nosso país, há milhares de pessoa sem emprego, há pais de família que não têm possibilidades de dar de comer aos seus filhos. Populações de muitas vilas e roças não beneficiam de uma assistência médica conveniente. Há falta de mercadorias nas lojas, e aquelas que existem, ou não chegam para cobrir as necessidades da população ou são demasiadamente caras. Todos esses problemas têm de ser resolvidos por nós mesmos. É verdade que, não estamos em condições de os poder resolver imediatamente. O nosso povo está consciente disso. Não podemos resolver em pouco tempo, os males deixados por cinco séculos de colonização. E, portanto, temos de estar preparados para enfrentar um período difícil. Que vamos conseguir resolver as nossas dificuldades pouco a pouco isto é mais que certo, O que é necessário é que cada um de nós esteja consciente da nossa vitória. Não devemos perder o ânimo, nem desistir perante qualquer dificuldade. Não há luta sem dificuldades. Se as-

sim fosse, não haveria luta. Devemos reforçar a confiança em nós mesmos, no nosso Movimento, no Governo de Transição. Devemos fazer tudo, para mostrar ao mundo, que estamos decididos a marchar, estamos decididos a aceitar, todo e qualquer sacrifício afim de construirmos na nossa terra a felicidade de todos nós, e para os nossos filhos. Os problemas económicos que temos a resolver actualmente, dependem fundamentalmente do nosso próprio trabalhador. Por isso, temos feito apelo a todos os trabalhadores a aumentarem a produtividade do trabalho. É certo, que as roças pertencem aos estrangeiros, mas, o Governo de Transição já tomou medidas para evitar que os lucros tirados das roças não sejam inteiramente exportados para o exterior do nosso país. A maior parte destes lucros devem ficar em S. Tomé e devem ser investidos em S. Tomé e Príncipe afim de dar cada vez maior possibilidades de emprego aos filhos da nossa terra. Por isso, quanto mais produzimos, maior será o dinheiro que ficará na nossa terra. Maior será o dinheiro que as roças terão de pagar ao nosso Governo. Com esse dinheiro, o Governo de Transição, estará em condições de criar mais escolas, mais hospitais, poderá prestar uma maior assistência às camadas da população mais desfavorecidas, poderá abastecer a população com as mercadorias mais necessárias para consumo.

Sempre dissémos que o nosso país quer cooperar com todos os países do mundo, especialmente com Portugal. Quando fixamos um horário de trabalho nas roças, isso é uma prova de cooperação. Esperamos que os roceiros compreendam o gesto e tomem medidas, não só para melhorar as condições de vida do trabalhador, mas também para possibilitar maior número de emprego aos compatriotas. Por outro lado, os roceiros não podem limitar-se a colher os produtos da terra sem investir. Só estamos dispostos a cooperar, se observarmos através das realizações concretas, que a outra parte quer cooperar num espírito de franqueza, Só aceitamos a cooperação se ela contribuir de facto para a melhoria das condições de vida do nosso povo. Rejeitamos toda e qualquer cooperação, que sirva só para aumentar a exploração das nossas riquezas naturais e do nosso povo, que em vez de contribuir para o progresso, sirva para a instalação do neo-colonialismo em S. Tomé e Príncipe. Se escorraçamos o colonialismo, não é para permitir a entrada do neo-colonialismo.

Ainda a respeito da cooperação, temos a dizer que alguns países africanos estão prontos a ajudar-nos.

Estive ausente de S. Tomé e Príncipe a semana passada. O objectivo da minha viagem, foi o de contactar com alguns dirigentes dos países africanos para nos ajudarem a resolver imediatamente o problema do abastecimento.

Mas temos de nos convencer de uma verdade compatriotas. Os nossos problemas, o problema da fome, da falta de alimentos de primeira necessidade têm de ser resolvidos a longo prazo, resolvidos por nós mesmos, com trabalho duro, através da produção dos produtos alimentares, como o milho, a batata, o feijão, o arroz, a cebola, etc, que se podem cultivar na nossa terra. É, portanto, uma situação complexa que o Governo de Transição terá de enfrentar.

Estamos certos que o nosso povo está pronto para enfrentar com sucesso as dificuldades actuais. O povo tem que ajudar o Governo de Transição a governar.

AVANTE CAMARADAS  
MÃOS AO TRABALHO  
A VITÓRIA É NOSSA